

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A CBS Holding S.A. (“Companhia”), com sede atual, Av. Cidade Jardim, nº803, 8º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 01453-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A companhia tem por objeto social a atividade de participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

A companhia foi constituída em 13 de maio de 2019 com a denominação social inicial de VGM 003 Participações S.A, e em 26 de novembro de 2019, a denominação foi alterada para a CBS Holding S.A. A qual vem atuando ativamente na prospecção de novos investimentos. O processo de identificação de uma empresa target com potencial para investimento até a aquisição do controle é constituído de várias etapas, assim sumarizadas: i) prospecção inicial de uma empresa target; ii) contato inicial com os empreendedores; iii) realização de algumas due diligencies; iv) negociação do preço; v) acordo final entre as partes; e, vi) aprovação pelos órgãos reguladores, quando aplicável. A execução deste processo é realizada por executivos contratados pela Companhia com apoio de consultorias especializadas. Os recursos necessários para realização do investimento serão aportados na Companhia pelo Patria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo VI”) quando do fechamento da aquisição (*closing*).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se conduzindo processos de avaliação de empresas target de acordo com o processo acima descrito. Desta forma, incorre apenas em despesas gerais e administrativas, inclusive, folha de pagamentos cujos recursos para pagamentos dessas despesas são aportados pelo FIP VI mediante chamada de capital, quando necessário.

Impactos de COVID-19

Desde o início de janeiro de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades comerciais globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final, o que pode ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global. Atendendo a natureza das operações da Companhia, a administração entende que não houve impactos financeiros significativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.. A administração da Companhia está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

2 Base de preparação

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão sendo apresentados para o propósito de comparabilidade. Tendo em vista que a Companhia não realizou nenhuma operação naquele exercício e houve integralização de capital no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), uma vez que os saldos são apresentados em milhares de reais, os saldos comparativos estão zerados.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Companhia aqui apresentadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de outubro de 2021.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

a. Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras que incluem outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Classificação corrente versus não corrente

A companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
 - Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

c. Tributos

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30 % do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Como a Companhia não apresentou lucro tributável no exercício corrente, não houve reconhecimento contábil de obrigações fiscais dessa natureza.

d. Imobilizado

Máquinas, equipamentos, computadores e periféricos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos. A Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Aparelhos telefônicos(Celulares): de 5 anos;
- Computadores e periféricos: de 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo

acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “Exclusivamente pagamentos de principal e de juros”(também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de uma Companhia de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a

Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração de resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f. Despesas administrativas e gerais

Representam os gastos relacionados as atividades administrativas da Companhia, portanto distintos da operação produtiva e comercial, reconhecidos em regime de competência.

g. Encargos financeiros líquidos

As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

h. Novas políticas contábeis

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2020	Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3)
	Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
	Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)
1º de Junho de 2020	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2020.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Aplicações financeiras	721	-
Total	721	-

As aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa, por terem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações automáticas e fundo de renda fixa indexadas ao Certificado de depósito interbancário - CDI com liquidez diária.

5 Tributos a recuperar

	2020	2019
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	10	-
PIS/COFINS a compensar	3	-
INSS pago a maior	37	-
Total circulante	50	-
Total	50	-

6 Adiantamentos

	2020	2019
Circulante		
Adiantamentos a Fornecedores	56	-
Total circulante	56	-
Total	56	-

7 Imobilizado

Imobilizado	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Aparelhos telefônicos(Celulares)	3	(1)	2	-	-	-
Computadores e periféricos	25	(4)	21	-	-	-
Total	28	(5)	23	-	-	-
Movimentação de Custo						

	2019	Adições	Baixas	2020
Aparelhos telefônicos(Celulares)	-	3	-	3
Computadores e periféricos	-	25	-	25
Total	-	28	-	28

Movimentação da Depreciação

	Taxa anual de depreciação - %	2019	Adições	Baixas	2020
Aparelhos telefônicos(Celulares)	10	-	1	-	1
Computadores e Periféricos	20	-	4	-	4
Total		-	5	-	5

8 Obrigações tributárias

	2020	2019
Circulante		
IRRF a Recolher	2	-
PCC a Recolher	4	-
Total	6	-

9 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2020	2019
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	79	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	16	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	90	-
Provisões Férias	215	-
Total	400	-

10 Outras contas a pagar

	2020	2019
Serviços a pagar (*)	197	-
Total	197	-

(*) Refere-se a serviços de consultoria, advogados, serviços de tecnologia, entre outros.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 6.181, representado por 6.181.050 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

2020	2019
Ações	Ações

Acionista

Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	6.181.050	50
Total	6.181.050	50

Aumento do capital social

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2020, houve um aumento de capital social no valor de R\$ 6.181, representado por 6.181.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo acionista.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendo, ficando a disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, a ser distribuído aos acionistas proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social da Companhia, a título de dividendo mínimo obrigatório.

12 Partes relacionadas

a. Controlador final

O controlador final é o Pátria Private Equity VI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com 100% de participação.

b. Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração foi de R\$ 2.646 (R\$ 0 em 2019).

c. Outros valores a receber

Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou pagamentos de despesas em nome da Crop Care no valor total de R\$ 232, empresa esta que faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia, uma vez que naquele momento a Crop Carte não possuía caixa imediato para fazer o referido pagamento. Este montante foi integralmente devolvido para Companhia mediante transferência bancária ocorrida em 17 de agosto de 2021, liquidando assim débito da Crop Care para com a Companhia.

13 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas com pessoal (*)	3.355	-
Despesas com viagens	70	-
Serviços de terceiros (**)	2.104	-
Outras despesas	216	-
Impostos e taxas	4	-
Total	5.749	-

- (*) Em 2020 a Companhia contratou novos funcionários e diretores para a área de análise de investimentos, conforme aumento da folha de pagamento.
- (**) Em 2020 a companhia contratou consultorias referente a gestão de investimentos, consultoria de RH para contratação dos novos diretores e novos colaboradores, auditoria, etc.

14 Resultado financeiro

Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	54	-
Total	54	-
Despesas financeiras		
Juros Passivos	(1)	-
Atualização de Impostos	(6)	-
Total	(7)	-
Resultado financeiro líquido	47	-

15 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

			2020	2019
Natureza	Classificação	Hierarquia	Valor contábil	Valor contábil
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	Nível 1	721	-
			721	-
Passivo				
Outras contas a pagar	Custo amortizado	Nível 2	197	-
			197	-

16 Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade entre os prazos dos fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos. A Companhia gerencia seu risco de liquidez, mantendo o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

b. Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	2020	2019
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota 4)	721	-
Ativos financeiros	721	-

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado:

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

			Cenários de variações nas taxas de juros					
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva					
				I	II	III	IV	V
	R\$		31/12/2020	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	721	CDI	2,75	20	25	30	15	10
	R\$		31/12/2019	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	-	CDI	5,96	-	-	-	-	-

c. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal,

estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de carta de fiança, seguro garantia, caução e outras. Além disso, atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

d. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

17 Contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

18 Eventos subsequentes

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2021, houve um aumento de capital social no valor de R\$ 18.952, representado por 18.952.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo acionista nos meses de janeiro, fevereiro e abril de 2021.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2021, houve um aumento de capital social no valor de R\$ 1.654, representado por 1.654.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e parcialmente integralizadas pelo acionista, em abril de 2021 e setembro.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de abril de 2021, foi deliberado a aquisição, pela Companhia de 100% (cem por cento) de participação societária das empresas: (i) Ingeniería y Asesorías en Computación y Comunicación Neosecure S.A.; (ii) Ingeniería en Computación y Comunicación Neosecure S.A.; e (iii) Inversiones Lapef Chile Limitada (as “Sociedades”), todas registradas e constituídas no Chile.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de setembro de 2021, houve um aumento de capital social no valor de R\$ 6.823, representado por 6.822.718 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo acionista no mesmo mês.

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de setembro de 2021, foi deliberado a aquisição, pela Companhia, de 100% das ações de emissão da Future Beach Empreendimentos e Participações S.A.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2021, houve

um aumento de capital social no valor de R\$ 357.000, representado por 357.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas pelo acionista no mesmo mês.

Conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) assinado entre a Companhia (“Compradora”) e Terceiros (“Vendedores”) e datado de 29 de setembro de 2021, foi deliberado a compra pela Companhia de ações emitidas pela Future Beach Empreendimentos e Participações S.A. (“Future Beach”). Essa operação ensejou na obtenção do controle da Future Beach pela Companhia, cujos detalhes da operação estão documentados no Contrato.

* * *

Alessandro Piero Porro
Diretor Financeiro

Melina Correa da Silva
Contadora CRC/SP 1SP251344/O-3